



Agência CNTS

Saúde em Pauta



Agência nº 639

Quinta-feira 6 de abril de 2017

28 de abril: Todos à greve geral!



Juntos pelos legítimos direitos e dignidade dos trabalhadores

Não bastasse a crise econômica sem precedentes, que provoca índice recorde de desemprego e corrói o poder aquisitivo da classe trabalhadora e da sociedade em seu conjunto, os poderes Executivo e Legislativo se uniram nos ataques perversos aos trabalhadores, para aprovação de propostas como as reformas da Previdência Social e trabalhista, em tramitação no Congresso Nacional, e a terceirização irrestrita, sancionada como Lei 13.429/2017.

Também no Poder Judiciário, o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior do Trabalho vêm tomando decisões em benefício do capital e prejudiciais aos trabalhadores, a exemplo do fim da ultratividade, da prevalência do negociado sobre o legislado, rejeição da desaposentação, proporcionalidade do aviso prévio em favor do empregador, entre outras.

Ainda a despeito de buscar uma saída para a crise, propostas maléficas são desengavetadas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. E uma enxurrada de medidas nefastas partem do Governo Federal, a exemplo da Emenda Constitucional 95/2016, que congela investimentos e reduz recursos das áreas da saúde e da educação, num extremo retrocesso aos direitos sociais. E tudo com tramitação a toque de caixa, sem negociação.

E ao trabalhador está imposta a conta que não é dele. A CNTS entende que a unidade dos movimentos sindical e social se faz necessária e urgente de forma a reforçar a luta

para interferir nas decisões impostas e, assim, evitarmos retrocessos que nos sairão bem caros.

Neste sentido, a CNTS orienta as entidades da base, especialmente os sindicatos, aos quais cabe a decisão, discutir com a categoria sobre a mobilização para a greve geral do próximo dia 28 de abril. Será um passo decisivo na luta dos trabalhadores por Nenhum Direito a Menos!. A Confederação, como entidade de terceiro grau, se mantém na retaguarda para o apoio necessário à paralisação.

Estamos juntos pelos legítimos direitos e dignidade dos trabalhadores!

Saúde pública brasileira ainda tropeça no subfinanciamento



Maior referência internacional quando o assunto é saúde pública integral e universal, o Sistema Único de Saúde - SUS brasileiro inspira experiências semelhantes em outros países como Canadá, Suécia, França, Reino Unido e Austrália. Dentre estes, o Brasil é o único a ofertar o serviço para mais de 100 milhões de pessoas. Ao contrário do que muitos pensam, o nosso sistema público de saúde vai para além do atendimento médico-hospitalar e abrange outras áreas, entre elas a vacinação, vigilância sanitária, assistência farmacêutica e serviço móvel de urgência, por exemplo. Somente em 2015, o sistema contabilizou 4,1 bilhões de tratamentos ambulatoriais, 1,4 bilhão de consultas médicas, 11,5 milhões de internações e 19 milhões de procedimentos oncológicos.

Neste 7 de abril – Dia Mundial da Saúde – há o que se comemorar, porém, se faz necessária uma discussão mais profunda a respeito da sustentação financeira do sistema. Há muito o calcanhar de Aquiles da saúde pública é a questão do financiamento. O movimento 'Saúde+10', que conseguiu mais de dois milhões de assinaturas para o projeto que visa destinar 10% da Receita Corrente Bruta da União

para a saúde, foi sufocado e não progrediu. Todo esse aporte de recursos e benfeitorias públicas corre sério risco de desmantelo com a falta de financiamento.

A gota d'água para o total desmonte do financiamento do SUS foi a promulgação da Emenda Constitucional 95/16, de autoria do governo Temer, que, ao determinar que os gastos públicos só poderão aumentar de acordo com a inflação do ano anterior, gera sérios prejuízos no acesso aos serviços de saúde para a população brasileira. A Emenda não leva em conta o crescimento populacional calculado em torno de 10% para os próximos 20 anos e o envelhecimento da população, que também deve dobrar de tamanho no período; o aumento das necessidades sociais; e as mudanças no perfil epidemiológico da população.

A CNTS repudia a Emenda por entender que ela não leva em conta o crescimento populacional previsto por estudos e a inflação real da saúde é sempre maior que a inflação oficial medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. A regra que valia antes da promulgação era que uma porcentagem mínima e progressiva da Receita Corrente Líquida da União deveria ir para a saúde. Essa porcentagem, de 13,2% em 2016, chegaria a 15% em 2020. Com a promulgação da EC 95/16, esses 15% foram adiantados para este ano e então ficam congelados pelo restante dos 20 anos.

O ápice do desgaste financeiro do sistema público de saúde acontece no momento em que as epidemias de dengue, chikungunya, zika e febre amarela estão tomando intensidade. É necessário rever prioridades neste momento para que os serviços, dos básicos aos complexos, continuem atendendo a demanda dos brasileiros.

Investimentos *versus* PIB

Dados referentes a 2016 mostram que o governo brasileiro investiu 4,7% do PIB em saúde. Deste ponto de vista, o investimento está abaixo da média global, de 8,5% anuais, segundo relatório da Organização Mundial da Saúde - OMS. Embora suplementar ao sistema público de saúde, os planos médicos no Brasil investiram mais no setor do que o governo federal no SUS. Este é o único caso no mundo, segundo estudo da OMS. O motivo, dizem especialistas, é a falta de recursos públicos para fazer com que o SUS se realize plenamente, tal qual previsto na Constituição, o que exigiria pelo menos dobrar seu caixa.

A distinção entre o investimento monetário dos setores público e privado está em quem puxa os gastos. No Brasil, o setor privado beneficia cerca de 46 milhões de conveniados, enquanto o público favorece os mais de 200 milhões de brasileiros.

A CNTS, que ao longo dos anos vem defendendo as bandeiras constitucionais do SUS, integra a luta constante pela volta do protagonismo do Sistema único de Saúde como organizador e executor principal de políticas em saúde.

Escravidão dos trabalhadores é sancionada por Temer



Sem dar a mínima para os anseios da classe trabalhadora, o presidente Michel Temer sancionou com três vetos o Projeto de Lei 4.302/98, que regulamenta a terceirização em qualquer setor de uma empresa de forma indiscriminada. A ideia inicial era que o presidente validasse o projeto próximo ao prazo final, dia 14 de abril, mas cedendo à pressão do setor empresarial somado ao embaraço criado com os senadores do PMDB, que pediram veto integral ao projeto, Temer, ‘temendo’ mais cobranças, antecipou a sanção.

Na avaliação do analista político do Diap, Antônio Queiroz, a celeridade na sanção é uma necessidade de apoio absoluto do setor empresarial. “A lógica de Temer é a seguinte: sou fraco, sanciono rapidamente, faço vetos que não mudam a estrutura do texto, atendo o mercado e o mercado, como contrapartida, garante a minha sustentação no poder”.

Os pontos da proposta, rejeitados pelo governo, em nada mudam a prejudicialidade do projeto. Ao contrário do que afirma o Executivo, a proposta vai para além da terceirização, efetiva a quarteirização e abre espaço para a pejotização. As empresas poderão dar roupagem de relação interempresarial a um típico contrato de trabalho, o que extinguirá os direitos e benefícios do trabalhador como pessoa física.

“Vetos”– O principal veto é o que permitia que o prazo do contrato do trabalhador temporário poderia ser alterado mediante acordo ou convenção coletiva. Com o veto, os contratos temporários terão 180 dias e poderão ser prorrogados por até 90 dias. Ou seja, a duração máxima dos contratos será de 270 dias.

Outro trecho, de acordo com o Planalto, foi vetado porque dispunha sobre direitos trabalhistas que já estavam assegurados pela Constituição. Um deles obrigaria o registro, na carteira de trabalho, da condição de temporário. O último veto se deu na parte do projeto que assegurava aos trabalhadores temporários direitos como salário e jornada e equivalentes ao recebido por empregados na mesma função ou cargo. Ele também assegurava proteção do INSS e recebimento de FGTS, férias e 13º salário proporcionais.

Greve geral

As centrais sindicais convocaram greve geral para o dia 28 de abril. A intenção é fazer um levante de trabalhadores contra as reformas previdenciária e trabalhista, além de demonstrar a insatisfação quanto ao projeto de terceirização aprovado.

Historicamente, os direitos, em todos os âmbitos, só foram conquistados com mobilizações de rua, quando a população diz aos governantes o que quer. Neste momento de ataques aos direitos dos trabalhadores, o movimento sindical, além da greve, convoca os brasileiros para ocuparem as ruas contra o retrocesso.

Terceirização e escravidão

Estatísticas do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - Sinait mostram que em 82% dos casos de trabalho análogo à escravidão encontrados em 20 anos de combate ao crime, os trabalhadores eram terceirizados.

Dados citados por juristas em audiências públicas no Senado Federal apontam que os salários de trabalhadores terceirizados são 24% menores do que os dos empregados formais; trabalham, em média, 3 horas a mais por semana do que os contratados diretamente; sofrem mais acidentes e doenças do trabalho; e a rotatividade no mercado de trabalho é maior.

Outro levantamento aponta que nos anos 2000 o Brasil teve um enorme crescimento no número de empregos, chegando a abrir cerca de 20 milhões de novas vagas. Porém, essas vagas foram predominantemente no setor de serviços, onde a rotatividade, as precárias condições de trabalho análogas à escravidão, eram, sem dúvidas, muito acentuadas. Hoje em dia o cenário brasileiro é diferente. O acesso ao conhecimento acerca dos direitos trabalhistas por parte do trabalhador é muito maior. A conscientização do que é benéfico e legal em uma relação de trabalho é uma realidade que só foi possível graças ao incansável trabalho do movimento sindical. (Com Diap)

56% das mulheres contribuintes ficarão sem aposentadoria, aponta Ipea

Tendo como pano de fundo a atual conjuntura política tenebrosa que se fundamenta principalmente na revisão e modificação estrutural das garantias dos trabalhadores, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, através de levantamento, ressalta que, com a aprovação da PEC 287/16, que estabelece a “reforma” previdenciária, cerca de 56% das mulheres que já contribuem atualmente não se aposentarão.

Segundo especialistas, com o aumento do tempo de contribuição dos atuais 15 para 25 anos e a idade mínima igual para homens e mulheres em 65 anos para a aposentadoria, a proposta se torna o grande catalizador da desigualdade de gênero no mercado de trabalho.

Para a coordenadora do estudo, Joana Mostafá, a rotatividade e a informalidade do mercado de trabalho vão fazer com que a maioria dos trabalhadores não consiga alcançar 25 anos de contribuição. Isto porque para alcançar esse tempo, o brasileiro precisa trabalhar mais: em média, 33 anos e 4 meses.

No caso das trabalhadoras há um agravante devido à divisão sexual do trabalho. “Elas assumem grande parte dos afazeres domésticos – casa, filhos e cuidado com idosos – fazendo com que tenham mais dificuldade de acessar o mercado formal e, portanto, mais dificuldade de acumular os anos de contribuição. Haverá extrema masculinização

da aposentadoria”, defendeu Joana. Por conta deste cenário, aponta o estudo, haverá aumento significativo da demanda pelo Benefício de Prestação Continuada - BPC.

Outro estudo do grupo de trabalho sobre gênero e previdência mostra ainda que os trabalhadores com menor tempo de vínculo profissional – ou seja, menor tempo de contribuição – são os menos escolarizados. “São a maioria dos que se aposentam por idade e são esses que serão expulsos do sistema com a mudança de 15 para 25 anos”, afirmou Mostafá.

A CNTS repudia a PEC 287/16 por entender que esta proposta impossibilita o acesso do brasileiro ao maior programa de distribuição de renda do país, a Previdência Social. A Confederação lembra que levantamento da Anfip desmascara o falso déficit na Seguridade Social, mostrando que esta foi, em 2015, superavitária em R\$ 11 bilhões. A Emenda afasta o trabalhador da aposentadoria integral. É mais rígida do que se previa em relação à garantia do trabalhador de aposentar-se com valor integral e com idade que permita usufruir dos anos e anos de trabalho e contribuição, visando um futuro tranquilo. A CNTS defende auditoria nas contas previdenciárias com enfoque na cobrança dos valores sonegados pelos grandes conglomerados econômicos, dentre eles os grandes bancos privados que, até agora, são os principais beneficiários da reforma por ampliarem, em alguns casos, em mais de 100% o número de clientes nas contas de Previdência privada.

CPI da Previdência

Com expectativa de ser instalada neste mês no Senado, a CPI da Previdência será o palco de uma guerra de números entre governo e oposição. Tendo como enfoque investigar a contabilidade e a situação fiscal da Previdência Social, a comissão quer verificar as dívidas de grandes empresas com a Previdência, a sonegação e a concessão de anistias, desonerações e desvinculações tributárias que teriam provocado o desabastecimento do caixa do setor nos últimos anos. Segundo o requerimento de instalação da CPI, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) com aderência de outros 61 senadores, o foco da CPI será não apenas sobre os valores que deixaram de ser aplicados, mas também sobre quem se beneficiou com isso.

Além dos sete membros titulares, a CPI terá cinco suplentes. O prazo de funcionamento da comissão é de 120 dias, prorrogável por mais 120. Ela terá uma dotação orçamentária de até R\$ 100 mil para custear suas despesas. Os líderes partidários já podem indicar seus representantes na CPI. No entanto, eles não têm prazo definido para fazê-lo. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, pode, a seu critério, indicar os nomes caso entenda que há demora excessiva. Uma vez nomeados todos os membros, a comissão poderá ser instalada.

Agravante- O relator da Proposta de Emenda à Constituição 287/16, que trata da reforma da Previdência, deputado Arthur Maia (PPS-BA), defendeu a idade mínima de 65 anos para aposentadoria, tanto para homens quanto para mulheres. Para ele, essa é uma questão fechada. “Eu continuo com essa ideia fixa em relação à idade mínima. Se não tiver a idade mínima, não há porque fazer a PEC. Eu, por exemplo, posso antecipar: eu não pretendo mudar isso no meu relatório”, disse.

Arthur Maia no Palácio do Planalto conversando com o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, e parlamentares da base do governo sobre a reforma. O deputado disse que deve concluir o relatório até quarta-feira da semana que vem, quando o submeterá à comissão, presidida por Carlos Marun (PMDB-MS).

Ao conversar com jornalistas na saída da reunião, o relator inicialmente disse que a idade mínima para aposentadoria, no caso dos homens, era algo definido. Mas, ao ser questionado sobre a proposta de ter a mesma idade para as mulheres, Arthur Maia disse

que vai ouvir as bancadas, embora entenda que não deva haver diferenciação de gênero nos requisitos para requerer o benefício.

Alinhado com os partidos da base aliada de Temer, o deputado disse querer saber da base se ainda há pontos da PEC que encontram resistência. A ideia, segundo ele, é fazer do relatório um documento que reflita o pensamento destes parlamentares. “Esse relatório vai ser da base do governo. Todos estaremos comprometidos com esse relatório”, afirmou. *(Com Agência Brasil, RBA e Agência Senado)*

Cofen coordenará atividades do Fórum Nacional da Enfermagem

As entidades que compõem o Fórum Nacional da Enfermagem decidiram passar a coordenação para o Conselho Federal de Enfermagem - Cofen. O Fórum ficou sob a direção da CNTS durante dois anos, com muitas lutas da categoria, agravadas pela crise político-econômica do país, que culminou com a troca do presidente da República e ministros, cassação do ex-presidente da Câmara dos Deputados e troca das presidências e lideranças nas casas do Congresso Nacional.

A Confederação poderia ficar por mais dois anos na direção, mas preferiu passar a oportunidade para as demais entidades. “A CNTS tem o posicionamento que é preciso ter essa rotatividade na direção, principalmente, entre as entidades fundadoras, que estiveram presentes no momento de luta e dificuldade. Precisamos dar oportunidade para todas as entidades desenvolverem um bom trabalho, como fez a FNE e a CNTS”, concluiu o secretário-geral da CNTS, Valdirlei Castagna.

O Cofen parabenizou a atuação da Confederação e relatou que continuará com a mesma linha de trabalho. “Parabenizamos o trabalho que foi desenvolvido e a postura em optar pelo rodízio das entidades na coordenação. A CNTS pegou o Fórum em um momento de declínio e com o cenário político conturbado, mas com muita dedicação não deixou o trabalho esmorecer”, relatou o Conselheiro Federal do Cofen, Luciano Silva. A CNTS não deixará de compor a coordenação. A entidade ficará responsável pela primeira secretária do Fórum, atuando junto às demais entidades em busca de melhorias para os trabalhadores.

Sob a coordenação da CNTS, o Fórum defendeu várias bandeiras em favor do trabalhador, algumas com vitórias e outras em andamento. Uma das conquistas foi a votação de proposta que prevê local de descanso adequado para os profissionais da enfermagem (Projeto de Lei 4.998/16), uma vitória importante para os profissionais. Outras lutas em andamento referem-se à jornada de 30 horas, piso salarial nacional e dimensionamento de pessoal. O dirigente do Cofen se comprometeu em lutar por essas e outras bandeiras.

A mais recente atividade do Fórum foi a entrega de abaixo assinado com 85 mil assinaturas para o deputado Arthur Oliveira Maia, relator da PEC 287/2016, de reforma da Previdência Social. O documento tem o objetivo de pedir que os trabalhadores que atuam em locais insalubre, sob exposição a agentes nocivos químicos, biológicos e físicos, possam ter direito à aposentadoria especial, com 25 anos de contribuição. O relator garantiu que irá entregar o documento para cada líder partidário na Câmara dos Deputados.

Outra atividade realizada no mesmo dia foi a reunião com o ministro da Saúde, Ricardo Barros, que se comprometeu em criar grupo de trabalho para discutir as 30 horas para a enfermagem. O GT terá a participação de dois integrantes de cada entidade membro

do Fórum. A CNTS será representada pelo secretário-geral, Valdirlei Castagna, e pelo diretor de Assuntos Legislativos, Mário Jorge filho.

Técnica de Enfermagem é agredida por paciente em Alagoas

Dispor de ambiente de trabalho seguro é um direito de todo trabalhador. Porém, em muitas unidades de saúde do estado, o profissional acaba exposto e chega ao ponto de ser agredido. Isso aconteceu com uma técnica de enfermagem que atua no Hospital Escola Portugal Ramalho. Ela foi agredida com uma cadeira por um paciente durante seu turno de trabalho.

O Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem no Estado de Alagoas - Sateal encaminhou um ofício à Reitoria da Universidade de Ciências da Saúde de Alagoas - Uncisal solicitando uma reunião para tratar do caso. O caso aconteceu no dia 21 de março e o B.O. foi registrado na Central de Flagrantes I, no bairro do Farol.

A técnica de enfermagem relatou que estava em seu turno de trabalho quando viu uma confusão entre dois pacientes. Ela tentou contornar a situação, mas ao retornar para o posto de enfermagem da unidade foi surpreendida por um dos pacientes envolvidos na confusão, que a agrediu utilizando uma cadeira de plástico.

Depois de confeccionar o Boletim de Ocorrência, a profissional se dirigiu até o Instituto Médico Legal - IML onde realizou exame de corpo de delito, já que sofreu lesões no antebraço e na mão direita.

Segundo o presidente do Sateal, Mário Jorge Filho, o fato só chegou a conhecimento deste sindicato alguns dias depois de ocorrido, mas profissionais relatam que casos de agressão como o vivido pela técnica acontecem com frequência. Diante da situação de insegurança enfrentada por trabalhadores e também por pacientes, o Sateal decidiu cobrar providências.

Além do pedido para uma reunião com a reitora da Uncisal, o Sindicato encaminhou ofício à 19ª Procuradoria Regional do Trabalho (PRT/AL) relatando o caso e cobrando providências.

“Esta profissional foi a primeira a ter coragem de denunciar o ocorrido, mas em conversa com outros profissionais, soubemos que esse tipo de situação é frequente. Vale lembrar que é um tipo de situação que acontece em várias unidades de saúde do estado e não somente no Portugal Ramalho”, disse.

Falta segurança na unidade

O caso da técnica de enfermagem agredida do Hospital Portugal Ramalho só expõe um problema enfrentado pela unidade: a falta de profissionais de segurança capacitados para atuar em um hospital psiquiátrico.

A direção da unidade também encaminhou um ofício à Uncisal relatando o caso e solicitando reforço da segurança da unidade.

Depois que a unidade mudou o perfil de atendimento, recebendo pacientes dependentes químicos, com internação compulsória encaminhados pela Justiça, presos cumprindo pena ou não, as queixas dos profissionais aumentaram.

O presidente do Sateal alerta para a necessidade de se promover a segurança adequada tanto a pacientes quanto a profissionais em unidades de saúde deste porte. “Além de baixa remuneração e falta de condições de trabalho, os trabalhadores do estado também estão expostos a violência física e moral por falta de segurança nos locais de trabalho. O governo do estado é responsável por garantir a integridade física e moral dos servidores, e, no entanto, essa questão é tratada com descaso”, afirmou. (Ascom Sateal)



Fale com a CNTS E-mail: cnts@cnts.org.br - Sítio: www.cnts.org.br - Tel: (61) 3323-5454

Se você não deseja mais receber nossos e-mails, [cancele a sua inscrição](#).